

Punição para quem especular com as importações

O governo será rigoroso na vigilância dos preços de produtos industrializados que dependem de matéria-prima e componentes importados, "devendo punir os especuladores de acordo com a natureza de cada situação". Com isso, informou ontem o secretário especial de Abastecimento e Preços, Júlio César Martins, pretende-se evitar a ocorrência de aumentos abusivos dos preços, a partir da suspensão, pela Cacex, da importação de milhares de produtos, entre os quais vários tipos de matérias-primas. A fiscalização será feita pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP).

Na opinião do diretor da Cacex, Benedito Moreira Fonseca, as restrições impostas às importações deverão proporcionar ao País uma economia de 500 milhões de dólares no último trimestre do ano — 300 milhões com as medidas adotadas na área da Cacex e mais 200 milhões com a diminuição das compras de petróleo.

Para ele, as exportações brasileiras, este ano, deverão superar a casa dos 20 bilhões de dólares, enquanto as importações ficarão abaixo desse limite, o que deverá resultar num superávit de 800 milhões na balança comercial.

Benedito Moreira explicou ainda que as restrições às compras externas serão revistas no início do próximo ano, mas a imposição delas agora visa, basicamente, ao adiamento de compras que estavam sendo antecipadas por temor ao boato de que haveria maxidesvalorização do cruzeiro.

Para o diretor da Cacex, as medidas de contenção das importações também se explicam porque as exportações do País diminuíram bastante diante de um mercado bastante difícil na América Latina, na África e nos países socialistas. Benedito Moreira explicou que os brasileiros se preparam para exportar e demonstraram capacidade disputando o mercado externo com vigor. Mas seus esforços se tornaram inúteis em termos de ganho, porque ninguém abre mão de mecanismos que cada vez mais fecham o intercâmbio comercial, disse.

Inflação

Benedito Moreira admitiu que as medidas tomadas pela Cacex, impedindo ao máximo as importações e permitindo aumentar a demanda no mercado interno, podem gerar de modo direto ou indireto especulação de preços e até inflação. "Mas o governo está preparado para enfrentar situações dessa natureza, estabelecendo rigorosos controles de preços. A Cacex pode também, se houver especulação de preços, estabelecer imediatamente a liberação das guias de importação", afirmou.

O Comunicado 26, da Cacex, que suspende a importação de milhares de produtos, não foi recebido pelos importadores com sorrisos mas, segundo Benedito Moreira, é confortador que eles tenham dado o seu apoio, de alguma forma, às medidas tomadas. "A Cacex não

tem interesse em dificultar a vida dos empresários, pois a guia de importação de um produto não suspenso poderá ser liberada em 24 horas, se a documentação estiver regular", explicou.

Os empresários poderão continuar se valendo da Resolução 674, do Banco Central (que concede incentivos às exportações dos manufaturados), como um dos eficazes instrumentos que os exportadores dispõem para realizar o seu trabalho. Em seguida a essa observação, Benedito Moreira disse que foram criadas dificuldades às importações, mas o governo está também estudando uma série de medidas visando ao incremento das vendas externas, ainda no último trimestre deste ano. Uma dessas medidas será a correção de distorções da política fiscal, além da concessão de mais financiamentos.

Isenção de imposto

Três dias depois de a Cacex ter divulgado o Comunicado 26, proibindo a importação de máquinas, equipamentos, produtos químicos e petroquímicos, entre outros bens, a Comissão de Política Aduaneira (CPA) baixou resolução isentando do imposto de importação as compras de uréia (com teor de nitrogênio não superior a 45% e com teor de nitrobênio superior 45%). A decisão, do dia 17 de agosto, só foi publicada no Diário Oficial da União que circulou ontem — quando começou a vigorar efetivamente — e tem validade até 25 de fevereiro de 1983. A uréia não consta da lista de produtos cuja importação foi suspensa pela Cacex.

A resolução salienta, no entanto, que a importação somente será autorizada mediante prova de aquisição do produto similar nacional na proporção de uma tonelada para cada 1,6 tonelada importada. Determina, também, que a Cacex, encarregada de disciplinar tais importações, poderá alterar a relação de contingenciamento, de forma a aumentar a participação do similar nacional até o limite de uma tonelada de uréia nacional para cada 0,4 tonelada a importar.

Além dessa regra, a resolução estabelece que as empresas autorizadas a fazer as importações deverão apresentar mensalmente à CPA informações sobre as importações, as compras no mercado interno, a produção, as vendas, os preços e os estoques de matérias-primas para fertilizantes e produtos com elas elaborados, bem como prestar qualquer outra informação solicitada pela CPA. A medida visa evitar formação de estoque para especulação.

A Comissão de Política Aduaneira baixou outra resolução, também publicada no Diário Oficial da União que circulou ontem, disciplinando as importações de máquinas, equipamentos, peças, componentes e matérias-primas a serem feitas pelas empresas contratadas da Itaipu Binacional, as quais estão isenadas do pagamento do imposto de importação. A medida é válida por um ano.